

10° SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos



Estratégia
Concursos

LANÇAMENTO DO SISTEMA DE QUESTÕES

#VENHAPARAOMAIOR

NÃO ESQUEÇA

18 DE MAIO - ÀS 10:00

Simulado Especial

10º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-10-05>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Dúvidas não mentem. Pergunte-se se você se conhece a si mesmo e você terá sérias razões para começar a duvidar. A familiaridade cega. As características epistemológicas peculiares do autoconhecimento introspectivo, de um lado, e a presença insinuante de forças psicológicas poderosas, de outro, tornam a busca do conhecimento de si uma empresa formidavelmente difícil e escorregadia. O que espanta, contudo, é a quase irrefreável propensão humana, presente em certa medida e em certos pontos sensíveis em cada um de nós, de fechar a porta da dúvida e perder, inocentemente, a chave. O autoengano não é a ignorância simples de não saber e reconhecer que não sabe. Ele é a pretensão ilusória e infundada do autoconhecimento — o imaginar que se é sem sê-lo, o acreditar convicto que seduz e ofusca, a fé febril que arrebatava, a certeza de saber sem saber.

Hão de existir, é claro, gradações. Se as verdades assintoticamente objetivas da ciência são rasas, porém progressivas, as verdades assumidamente subjetivas do autoconhecimento são profundas, porém abortivas. Se o saber científico nunca é final, o conhecimento que temos de nós mesmos parece condenado a ser eternamente inicial. Toda vitória é parcial, toda conquista, provisória, e toda certeza, suspeita. Situações extremas e aberrantes de autoengano — episódios aparentemente distantes da experiência comum — fornecem pistas valiosas sobre as nuvens tóxicas e gases inebriantes que rondam, com sua carga radioativa, todo o coração humano.

Considere, por exemplo, o fenômeno da intoxicação do amor-próprio a que chamamos vaidade. Há pessoas mais ou menos vaidosas no mundo. Um caso limite e pitoresco é o paradoxo de Stalin. Ao revisar para publicação a sua biografia oficial, escrita por funcionários do partido, o ditador soviético ordenou que fosse inserida a seguinte sentença: “Stalin jamais deixou que seu trabalho fosse prejudicado pela mais leve sombra de vaidade, presunção ou idolatria”. O paradoxo agride: negar assim a vaidade é afirmá-la aos berros! Ao negar pública e peremptoriamente a própria vaidade, Stalin acaba revelando ao mundo que ele era possuído por ela de forma brutal. A questão é: para quem, afinal, está mentindo o ditador? Para si mesmo ou para o público leitor?

O hipócrita é calculista — ele mede os efeitos de seus atos e coloca-se na posição do outro para acertar a pontaria. Se Stalin estivesse sendo apenas hipócrita, isto é, se a sua intenção fosse enganar de forma cínica e deliberada o público leitor, ele muito provavelmente teria se dado conta da incoerência em que tropeçava e não diria o que disse como disse. Ao negar, como faz, sua vaidade, o ditador revela estar

tomado por ela a tal ponto que não pode admitir nem para si mesmo que a possui. Ele precisa mentir para si próprio para evitar o desprezo por si mesmo. O autoengano aqui é de tal ordem que prejudica a inteligência e a capacidade de enganar o outro.

Adaptado de “Autoengano”, Eduardo Gianetti.

01. No primeiro parágrafo, o autor sugere que

- a) a presença insinuante de forças psicológicas impossibilita o autoconhecimento.
- b) características epistemológicas do autoconhecimento introspectivo mitigam o autoengano.
- c) o autoengano é a simples admissão interior de que se está enganado sobre si mesmo.
- d) as dúvidas são provas inequívocas de que a familiaridade impede o autoconhecimento.
- e) a crença convicta em saber o que não sabe ou ser o que não é, para o autor, constitui autoengano

02. O vocábulo “paradoxo” (3º parágrafo) foi empregado com sentido de

- a) incongruência
- b) inconformidade
- c) desconexão
- d) contradição
- e) impropriedade

03. O segmento “fechar a porta da dúvida e perder, inocentemente, a chave” (1º parágrafo) refere-se

- a) ao ato de passar a ter certeza de uma determinada autoavaliação.
- b) a finalmente conhecer-se de uma maneira isenta e objetiva
- c) a estar permanentemente preso a dúvidas que nunca serão sanadas
- d) adquirir a inocência de sempre duvidar de si mesmo
- e) a assumir como definitiva uma resposta que já era verdadeira

04. No texto I, predomina a tipologia

- a) injuntiva.
- b) narrativa.
- c) descritiva.
- d) expositiva.
- e) argumentativa.

05. Infere-se do texto que Stalin

- a) não queria ser visto como vaidoso por saber que não o era
- b) pretendia dissimular sua vaidade enganando o seu público leitor
- c) traiu-se por deixar ainda mais óbvio o que pretendia negar
- d) agiu com hipocrisia ao mentir para seus futuros leitores
- e) admitiu para si mesmo que era vaidoso ao ser hipócrita

06. O segmento “Ao negar” (último parágrafo) poderia ser substituído, sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos originais, por

- a) porque nega
- b) para negar
- c) embora negue
- d) quando nega
- e) caso negue

07. Sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos do texto, a forma “Hão de existir” (2º parágrafo)

- a) Deve haver
- b) Há de haver
- c) Deve existir
- d) Devem haver
- e) Haverão de existir

08. Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto I: “Dúvidas não mentem. Pergunte-se se você se conhece a si mesmo e você terá sérias razões para começar a duvidar. A familiaridade cega”. Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do texto.

- a) Dúvidas não mentem porque a familiaridade cega. Pergunte-se a si mesmo se você conhece e terá sérias razões para começar a duvidar.
- b) Dúvidas não mentem. Pergunte a si mesmo se você se conhece e terá sérias razões para começar a duvidar-- a familiaridade cega.
- c) Pergunte-se se você se conhece e você teria graves razões para começar a duvidar. Dúvidas não mentem e a familiaridade cega.
- d) Dúvidas não mentem. Pergunte a si mesmo se você se conhece e terá sérias razões para começar a duvidar: a familiaridade cega.
- e) Dúvidas não mentem, na medida em que a familiaridade cega. Pergunte-se a si mesmo se você conhece e terá sérias razões para começar a duvidar.

09. Assinale a opção em que a supressão das vírgulas preserva os sentidos originais e a correção gramatical do segmento.

- a) Considere, por exemplo, o fenômeno da intoxicação do amor-próprio a que chamamos vaidade. (3º parágrafo)
- b) ... nuvens tóxicas e gases inebriantes que rondam, com sua carga radioativa, todo o coração humano. (2º parágrafo)
- c) fechar a porta da dúvida e perder, inocentemente, a chave. (1º parágrafo)
- d) Ao negar, como faz, sua vaidade... (último parágrafo)
- e) O que espanta, contudo, é a quase irrefreável propensão humana... (1º parágrafo)

10. No último período do texto, a oração “que prejudica a inteligência e a capacidade de enganar o outro” expressa noção de

- a) consequência
- b) causa
- c) explicação
- d) proporção
- e) condição

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Conforme a LODERJ, são órgãos judicantes de primeira instância, com exceção da (do):

- a) Juizados de Desporto.
- b) Tribunais do Júri.
- c) Juízos de Direito.
- d) Conselhos de Justiça Militar.
- e) Juizados Especiais e suas Turmas Recursais.

12. De acordo com a LODERJ, o Juiz de Direito não poderá atuar mais de:

- a) 02 anos em funções de auxílio à Administração Superior do Tribunal de Justiça.
- b) 03 anos em funções de auxílio à Administração Superior do Tribunal de Justiça.
- c) 04 anos em funções de auxílio à Administração Superior do Tribunal de Justiça.
- d) 01 ano em funções de auxílio à Administração Superior do Tribunal de Justiça.
- e) 05 anos em funções de auxílio à Administração Superior do Tribunal de Justiça.

13. Sobre a Lei n.º 4.620/2005, é correto afirmar que:

- a) Os atuais servidores titulares do cargo de Técnico Judiciário II e dos cargos singulares de nível médio serão enquadrados na carreira de Técnico de Atividade Judiciária do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

b) Os atuais servidores titulares dos cargos de Técnico Judiciário II, Técnico Judiciário III e Escrivão e dos cargos singulares de nível superior serão enquadrados na carreira de Analista Judiciário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

c) Os servidores serão enquadrados em padrão remuneratório inferior, em decorrência da reestruturação de cargos, à percebida antes da vigência desta Lei.

d) A jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei será fixada em Regulamento, respeitada a prestação de 08 horas diárias ou 30 horas semanais de trabalho, observada a legislação federal específica.

e) O regulamento poderá estabelecer jornada de trabalho especial de, no mínimo, 25 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. A respeito do direito de petição e do pedido de reconsideração, tendo como base as previsões do Decreto nº 2.479/1975, assinale a alternativa correta:

- a) o requerimento será dirigido e encaminhado por intermédio da autoridade quem estiver imediatamente subordinado o requerente.
- b) no caso de indicação errônea da autoridade competente, o pedido estará prejudicado, não podendo ser suprido e encaminhado à autoridade competente por intermédio de quem o receber.
- c) das decisões prolatadas nos requerimentos sempre será cabível o pedido de reconsideração, que não pode ser renovado.
- d) o requerimento, assim como o pedido de reconsideração, devem ser apresentados em dez dias para instrução e encaminhamento.
- e) o pedido de reconsideração será decidido em quinze dias e o requerimento no prazo máximo de trinta dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. À luz da Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta acerca do pedido de reconsideração.

- a) Das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração, no prazo de cinco dias.
- b) Apreciado o pedido de reconsideração, este não poderá ser renovado em qualquer hipótese.
- c) Não será devido na interposição do pedido de reconsideração o recolhimento de qualquer valor para o custeio.
- d) Não são dispensados de recolhimento os recursos interpostos pelos Municípios e respectivas autarquias.
- e) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o requerente, intimado, não vier a supri-la no prazo de oito dias.

16. À luz da Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta acerca da utilização do sistema de processamento de dados

- a) Nas serventias em que haja processamento eletrônico, a responsabilidade pela fidedignidade dos dados é pessoal, bem como a utilização do sistema.
- b) Constitui falta leve manter na serventia processo desarquivado sem a devida atualização do andamento no sistema de informática - DCP.
- c) Cabe ao servidor mais antigo na unidade comunicar ao Juiz de Direito a que estiver vinculado, bem como ao órgão de informática e à Corregedoria-Geral da Justiça, os fatos que impeçam a plena utilização do sistema;
- d) Cabe ao supervisor assegurar o imediato lançamento, no terminal de computador, de toda e qualquer movimentação dos processos autuados nas respectivas serventias.
- e) Cabe ao Magistrado indicar o pessoal a ser cadastrado no sistema, com o respectivo nível de acesso.

17. Nos termos da Consolidação Normativa Judicial, recolhidas as custas, a certidão será fornecida

- a) em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- b) em até 48 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- c) em até cinco dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Chefe da Serventia competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- d) em até 24 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Chefe da Serventia competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- e) em até três dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Corregedor-Geral competente autorizar a expedição em caráter urgente.

18. Nos termos da Consolidação Normativa Judicial, são normas de procedimento básico nas correições extraordinárias, exceto

- a) lavratura de atas e termos de todos os atos praticados;
- b) designação de servidor, pelo Juiz Responsável pela correição, para secretariar os trabalhos;
- c) publicação pelo DJERJ e comunicação por ofício aos órgãos locais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, por ocasião da instauração da correição, para que apresentem reclamação, notícia de irregularidades ou sugestão;
- d) elaboração de relatório minucioso e conclusivo da correição, apresentando sugestões, devidamente assinado pelo Juiz Presidente e demais membros da comissão, com as respectivas identificações, endereçado ao Corregedor-Geral da Justiça;
- e) no prazo máximo de 30 dias, poderá ser encaminhada cópia do relatório mencionado no inciso anterior ao Juiz de Direito e ao Chefe de Serventia, facultando a estes manifestarem-se sobre o mesmo, no prazo de 05 (cinco) dias;

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma ação ou serviço de saúde público destinado à pessoa com deficiência:

- a) diagnóstico e intervenção precoces, realizados por médico da Unidade Básica de Saúde (UBS).
- b) serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para as deficiências catalogadas pelo Sistema Único de Saúde, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.
- c) atendimento psicológico voltado exclusivamente para a pessoa com deficiência e seus familiares.
- d) atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação.

e) atenção sexual e reprodutiva, ficando a cargo da pessoa com deficiência arcar com as despesas de eventual fertilização assistida.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Acerca da ética e da moral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Existem diferenças entre os conceitos morais de um grupo e de outro, sendo a moral influenciada por fatores sociais.
- b) A ética é um ramo da filosofia que busca o constante questionamento, é especulativa e propicia a quebra de paradigmas e a evolução do pensamento.
- c) A moral decorre exclusivamente de atitudes exteriores e que são tipicamente atemporais.
- d) A moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais.
- e) A ética é a parte da filosofia e ciência que se ocupa do comportamento moral do homem.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Acerca das espécies de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) atos normativos são aqueles que veiculam regras concretas e destinadas a um círculo conhecido de destinatários.
- b) licenças e homologações consistem em atos negociais vinculados.
- c) autorizações e registros são atos negociais discricionários.
- d) a pena de detenção pela prática de crime consiste em ato administrativo punitivo.
- e) ordens de serviço e despachos são exemplos de atos enunciativos.

22. Assinale a alternativa que menciona característica comum a todas as entidades descentralizadas:

- a) criação direta por meio de lei específica.
- b) autonomia absoluta quanto às finalidades de atuação.
- c) capacidade de autoadministração, com certa independência em relação ao poder central.
- d) possibilidade de extinção por vontade própria.
- e) submissão a controle finalístico hierárquico.

23. Assinale a situação abaixo na qual incide a responsabilidade civil objetiva prevista no texto constitucional:

- a) dano decorrente da atuação de empresa estatal que explora atividade econômica.
- b) prejuízo decorrente de omissão geral do poder público.
- c) dano causado por detento foragido do sistema penitenciário há 1 ano.
- d) dano causado a particular por conduta irregular de agente público, pertencente a um tribunal estadual, no exercício de suas funções.
- e) dano causado a particular por agente público atuando fora de suas atribuições.

24. Suponha que determinado órgão público realizou licitação na modalidade tomada de preços, tendo sido o respectivo procedimento homologado pela autoridade competente e o objeto adjudicado à sociedade empresária X. Não havendo convocação para a contratação, o prazo máximo, legalmente previsto, para que a referida sociedade empresária seja liberada dos compromissos assumidos durante a licitação é de:

- a) sessenta dias, contados da homologação do certame.
- b) quarenta e cinco dias, contados da homologação do certame.
- c) sessenta dias, contados da entrega das propostas.
- d) trinta dias, contados da homologação do certame.
- e) trinta dias, contados da data da entrega das propostas.

25. Assinale a alternativa que não menciona característica própria dos contratos administrativos:

- a) submissão ao regime jurídico administrativo.
- b) onerosidade.
- c) comutatividade.
- d) impessoalidade.
- e) de adesão.

26. Assinale princípio previsto expressamente na lei geral de licitações e contratos:

- a) princípio da moralidade, que impõe a observância de comportamentos éticos e honestos por parte dos membros da comissão de licitação, sob pena de se frustrar a regularidade do procedimento.
- b) princípio da adjudicação compulsória, que obriga a Administração a celebrar o contrato com o vencedor da licitação.
- c) princípio da eficiência, que autoriza a adoção do tipo licitatório “maior retorno econômico”.
- d) princípio da competitividade, a partir do qual os licitantes oferecem lances sucessivos para se alcançarem a proposta mais vantajosa ao poder público.
- e) princípio da publicidade, que impõe que a publicação do aviso de licitação na imprensa oficial, em qualquer caso.

27. Quanto ao regramento aplicável aos tribunais de contas dos estados (TCEs), assinale a alternativa correta:

- a) são integrados por nove ministros e a eles aplicam-se, no que couber, as regras constitucionais dirigidas à esfera federal.
- b) são integrados por nove ministros e a as constituições estaduais possuem ampla liberdade para dispor a respeito de sua organização e fiscalização.
- c) são integrados por sete conselheiros e a eles aplicam-se, no que couber, as regras constitucionais dirigidas à esfera federal.
- d) são integrados por sete conselheiros e a as constituições estaduais possuem ampla liberdade para dispor a respeito de sua organização e fiscalização.

e) são órgãos auxiliares do Poder Legislativo, subordinando-se, na esfera estadual, às assembleias legislativas.

28. Suponha que determinada secretaria do município do Rio de Janeiro, buscando garantir o benefício máximo à população interessada, expediu ordem de interdição de restaurante, por falta de condições sanitárias adequadas no preparo de alimentos.

Nesse caso, a atuação do poder público decorre imediatamente do

- a) poder disciplinar.
- b) poder hierárquico.
- c) poder de polícia.
- d) poder regulatório.
- e) poder advocatório.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Lisidora, há tempos, vinha recebendo ameaças de morte por meio de ligações anônimas. Ao comparecer à delegacia mais próxima, foi informada de que não seria possível averiguar a possível ocorrência do crime, vez que ausentes quaisquer pistas de sua provável autoria. No entanto, certo dia, Lisidora recebeu uma carta com o mesmo conteúdo intimidador das ligações anteriores. Mais uma vez, a autoridade se recusa a promover a elucidação dos fatos, dado se tratar de peças apócrifas. Pode-se afirmar, à luz dos mandamentos constitucionais e da jurisprudência pátria, que:

- a) Lisidora não poderia alegar estar sofrendo ameaças feitas por meio de ligações anônimas, a menos que tivesse conseguido gravar as conversas, já que a Constituição veda o anonimato.
- b) Os escritos anônimos apresentados por Lisidora não poderiam ser incorporados formalmente ao processo investigatório, mas seriam suficientes para autorizar que fosse feita a averiguação sumária dos fatos, a fim de se colher provas para subsidiar eventual inquérito.

c) Apenas a autoridade judicial poderia autorizar que fosse dado início às investigações, tendo como base unicamente os elementos fornecidos por Lisidora.

d) As provas apresentadas por Lisidora são consideradas ilícitas, assim como as demais evidências colhidas a partir de investigações feitas com base exclusivamente em peças anônimas.

e) A denúncia feita por Lisidora, bem como a apresentação dos bilhetes contendo ameaças de morte, seriam suficientes para autorizar a instauração de procedimentos persecutórios por parte da autoridade policial.

30. Suponha que tenha sido ajuizada, perante a justiça estadual, ação contra determinada autarquia que supostamente havia desrespeitado regras relacionadas ao procedimento licitatório previsto em lei federal. Caso, em grau de recurso, venha a ser proferida decisão pelo Tribunal de Justiça, julgando válido o ato praticado pela entidade da administração indireta,

- a) Caberá recurso extraordinário, dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
- b) Poderá ser interposto recurso ordinário diretamente no Superior Tribunal de Justiça.
- c) A decisão será irrecorrível, uma vez que não se trata de decisão denegatória de habeas corpus ou mandado de segurança.
- d) Caberá recurso especial, perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) Não caberá recurso especial ou extraordinário, uma vez que o julgamento da ação não é da competência originária do Tribunal de Justiça.

31. Determinado estado da Federação elegeu 10 deputados federais nas últimas eleições. Pode-se afirmar que o número de deputados estaduais à Assembleia Legislativa corresponderá:

- a) Ao triplo da representação na Câmara dos Deputados, acrescido de 12.
- b) Ao dobro da representação na Câmara dos Deputados, acrescido de 12, aplicando-se-lhes as mesmas regras relativas a imunidades e remuneração dos deputados federais.
- c) A 36, não podendo o valor dos respectivos subsídios ser superior a 75% daquele estabelecido para os deputados federais.
- d) Ao triplo da representação na Câmara dos Deputados, acrescido de 36.
- e) A 30, sendo o valor dos respectivos subsídios fixados em lei de iniciativa da Assembleia Legislativa.

32. Imagine que Joaquim, atual Presidente da República, tenha cometido crime comum dois anos antes de ter sido eleito. Carlete, governador estadual, cometeu crime de responsabilidade e Arturo, prefeito municipal, crime doloso contra a vida, ambos na vigência dos atuais mandatos. Nessas condições, o julgamento das autoridades mencionadas deverá ser realizado:

- a) Na justiça estadual de primeiro grau, após o encerramento do mandato, nos três casos.
- b) Perante a justiça comum, após o encerramento do mandato, no caso de Joaquim.
- c) Pelo Tribunal de Justiça, em relação ao crime cometido por Carlete.
- d) Pelo Tribunal do Júri, no caso de Arturo, após o encerramento do mandato.
- e) Pelo STF, após juízo positivo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, em relação ao crime cometido por Joaquim.

33. A respeito dos princípios fundamentais constantes do texto Constitucional, assinale a opção verdadeira:

- a) O pluralismo político e a concessão de asilo político são princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

b) O princípio republicano tem como pressupostos a definitividade e a eletividade no exercício do poder.

c) A cidadania, fundamento da República Federativa do Brasil, é o vínculo jurídico que liga o indivíduo ao Estado.

d) A dignidade da pessoa humana é um objetivo da República Federativa do Brasil, tendo com consequência a absoluta vedação à pena de morte.

e) A integração econômica, política, social e cultural no âmbito da América do Sul é princípio das relações internacionais adotado pela República Federativa do Brasil.

34. Fora ajuizada ação direta de inconstitucionalidade contra lei estadual que determinava a criação de novo município no Brasil. A lei, aprovada por maioria simples dos membros da Casa Legislativa, foi precedida de consulta às Câmaras Municipais correspondentes e, posteriormente, referendada pela população interessada. Pode-se dizer que o STF, ao analisar a situação, deverá:

a) Acatar o pedido, já que a aprovação da criação de municípios exige o voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

b) Decidir pela improcedência da ação, já que foram respeitadas a exigência de consulta à população interessada e ao Poder Legislativo local.

c) Julgar a ação procedente, uma vez que, atualmente, a criação de municípios brasileiros encontra-se impedida.

d) Determinar que sejam divulgados os estudos de viabilidade municipal, segundo diretrizes fixadas em lei federal.

e) Declarar a inconstitucionalidade da lei, já que, após a EC 57/2008, a criação de municípios no Brasil restou definitivamente proibida.

35. Jalício, auditor fiscal da Receita Federal, aposentou-se aos 70 anos de idade. 5 anos depois, foi nomeado para exercer cargo exclusivamente em comissão em autarquia estadual. Pode-se concluir, partindo-se da análise das normas presentes na Constituição Federal, que Jalício:

- a) Poderá exercer o cargo em comissão e perceber ambas as remunerações, as quais, isoladamente consideradas, não poderão ultrapassar o teto constitucional.
- b) Não poderá ocupar cargo público, uma vez que atingira a idade limite para aposentar-se compulsoriamente.
- c) Poderá exercer o cargo em comissão e perceber ambas as remunerações, as quais, em conjunto, não poderão ultrapassar o teto constitucional.
- d) Poderá assumir o cargo em comissão, em relação ao qual estará sujeito ao regime Geral de Previdência Social.
- e) Poderá exercer o cargo em comissão, mas deverá abrir mão do regime Próprio de Previdência e aderir ao Regime Geral, a partir da posse.

36. Maura, cidadã portuguesa, há 6 meses mudou-se para o Brasil, quando ficou sabendo que poderia usufruir de diversos direitos inerentes aos brasileiros. Dirigiu-se, então, ao cartório eleitoral, a fim de obter seu título de eleitor, o que lhe foi negado justamente por ostentar a condição de estrangeira. Indignada, Maura procurou seu advogado para saber quais providências poderiam ser tomadas a respeito. Considerando a situação exposta, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Maura deverá aguardar completar um ano de residência ininterrupta no Brasil para, a partir de então, solicitar sua equiparação aos brasileiros.
- b) Maura deverá requerer a quase nacionalidade, a qual não se opera de forma automática e imediata. Caso comprovada a satisfação dos requisitos exigidos para tanto, poderá alistar-se como eleitora.
- c) Maura poderá usufruir de grande parte dos direitos pertencentes aos nacionais, mas não poderá votar ou ser votada, tampouco ocupar cargo privativo de brasileiro nato.

d) Maura apenas poderá adquirir a capacidade eleitoral ativa caso venha a completar um ano de residência ininterrupta no Brasil para, somente então, requerer a nacionalidade brasileira, na condição de indivíduo originário de país de língua portuguesa.

e) Maura, após o reconhecimento da condição de quase-nacional, poderá ocupar o cargo de senadora da República e jamais poderá ser extraditada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Com base na Lei do Mandado de Segurança, Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta:

- a) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.
- b) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- c) O mandado de segurança coletivo não admite a concessão de liminar.
- d) O direito requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- e) O mandando de segurança admite a interposição de embargos infringentes.

38. A Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717/65) estabelece as hipóteses em que serão nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades relacionadas. Sobre a referida ação, pode-se afirmar que:

- a) As custas e o preparo devem ser pagos apenas no final da ação.
- b) O Ministério Público poderá assumir a defesa do ato impugnado ou de seus autores.
- c) O Ministério Público é o único que poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor na ação popular.
- d) A contestação deverá ser apresentada no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias.
- e) A contestação deverá ser apresentada no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

39. Sobre a sentença da ação popular, é correto:

- a) Quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, a sentença deverá ser proferida dentro de 30 (trinta) dias do recebimento dos autos pelo juiz.
- b) Não há qualquer sanção ao juiz que não observar o prazo para proferimento de sentença em ação popular.
- c) A Lei da Ação Popular veda a ação regressiva contra os funcionários causadores do dano.
- d) Não se aplica a remessa necessária às ações populares.
- e) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.

40. O Código de Processo Civil prevê que a cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A publicidade processual será absoluta, sendo vedada a prática de atos sigilosos.
- b) Na ausência de tratado, não será possível a cooperação jurídica internacional.
- c) Na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.
- d) A homologação de sentença estrangeira exige reciprocidade entre os Estados.
- e) As funções de autoridade central serão exercidas pela Advocacia Geral da União, na ausência de designação específica.

41. Havendo incapacidade processual ou irregularidade de representação da parte, o juiz determinará o saneamento do vício:

- a) dentro do prazo de 15 dias, sem suspensão do processo.
- b) designando prazo razoável, com suspensão do processo.

- c) dentro do prazo de 15 dias, com suspensão do processo.
- d) apenas na fase de conhecimento, sendo vedada tal saneamento em fase recursal.
- e) podendo extinguir o processo, se o saneamento couber ao réu.

42. Acerca dos pronunciamentos do juiz, assinale a alternativa correta:

- a) Os pronunciamentos do juiz consistirão em acórdãos, sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
- b) Os despachos serão proferidos sempre de ofício pelo juiz.
- c) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e não serão revistos pelo juiz.
- d) O acórdão poderá ser proferido pelo colegiado dos tribunais ou pelo relator.
- e) Quando os pronunciamentos forem proferidos oralmente, o servidor os documentará, submetendo-os aos juízes para revisão e assinatura.

43. Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre a petição inicial e o pedido, é correto que:

- a) A petição inicial indicará o juízo a que é dirigida, mas as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados podem ser especificadas *a posteriori*.
- b) Caso o autor não disponha de todas as informações necessárias à qualificação do réu, o juiz indeferirá a petição inicial.
- c) O pedido deve ser determinado, sendo permitido, entre outros, o pedido genérico nas ações universais.
- d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- e) O aditamento e a emenda da petição inicial dependem do consentimento do réu.

44. O Código de Processo Civil permite que a decisão judicial seja levada a protesto. Nesse caso:

- a) não é exigido o seu trânsito em julgado.
- b) exige-se o trânsito em julgado e o transcurso do prazo para pagamento voluntário.
- c) a decisão poderá ser levada ao Cartório 10 dias após o seu proferimento.
- d) poderá ser protestada a requerimento do exequente ou de ofício pelo juiz.
- e) a requerimento do executado, o protesto poderá ser cancelado caso comprovado o pagamento parcial da obrigação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. Sobre as garantias constitucionais aplicáveis ao Processo Penal é correto afirmar:

- a) a condenação de um réu sem defensor viola o princípio do juiz natural.
- b) a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que "Não haverá juízo ou Tribunal de exceção". Essa orientação decorre do princípio da publicidade.
- c) pelo princípio da presunção de inocência, o acusado não será considerado culpado antes da publicação da sentença penal condenatória.
- d) A Magna Carta estabelece como garantia fundamental do indivíduo durante o curso do processo o direito de permanecer em silêncio na persecução do Estado a um ilícito, independentemente de sua natureza, aplicando-se também ao Inquérito Policial.
- e) são proibidas no processo penal, as provas ilícitas, aquelas obtidas em violação a normas infraconstitucionais.

46. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é aplicável aos processos, ainda em curso, iniciados na vigência da lei processual anterior.
- b) é de incidência imediata, pouco importando a fase em que esteja o processo.
- c) aplica-se somente aos fatos criminosos ocorridos após a sua vigência.
- d) vigora desde logo e não possui efeito retroativo, mesmo que favoreça o acusado.
- e) não retroage para invalidar os atos praticados sob a vigência da lei anterior, se mais benéfica.

47. No que diz respeito ao Inquérito Policial, assinale a resposta correta:

- a) o Inquérito Policial em caso de ação penal pública, pode ser instaurado pelo Ministério Público.
- b) o Inquérito Policial uma vez instaurado, poderá ser arquivado pela autoridade policial, pois favorece o investigado.
- c) o sigilo do Inquérito Policial, necessário à elucidação do fato, estende-se ao Advogado do investigado.
- d) a vítima e o indiciado poderão requerer diligências, que a autoridade policial estará obrigada a realizar.
- e) estando o indiciado solto, o prazo para seu encerramento é de 30 (trinta) dias, podendo ser solicitada dilação de prazo.

48. Sobre a *emendatio libelli* e *mutatio libelli* assinale a opção correta:

- a) quando o juiz concluir que o fato narrado na inicial não corresponde àqueles provados na instrução processual não poderá em consequência disso, aplicar pena mais grave.
- b) tanto na hipótese de *emendatio libelli* quanto na *mutatio libelli*, tratando-se de infração da competência de outro juízo, a este serão encaminhados os autos.
- c) no caso da *emendatio libelli* o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
- d) no caso de aditamento da *mutatio libelli*, cada parte poderá arrolar até 5 (cinco) testemunhas, no prazo de 3 (três) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.
- e) se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o juiz poderá sentenciar desde logo, aplicando a pena mais grave ao caso, sem ouvir as partes.

49. No que diz respeito ao procedimento comum, analise as seguintes assertivas:

- I- Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias. C
- II- O rito será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade. E
- III- Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário. C
- IV- O rito será sumaríssimo quando a infração penal for de menor potencial ofensivo, ou seja, será aplicável às contravenções penais e aos crimes cuja pena máxima seja menor que 2

(dois) anos. Está correto o que se afirma no(s) item (ns)

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

50. Seguindo o que dispõe o rito do Júri, assinale a assertiva correta:

- a) O Ministério Público e o assistente de acusação não poderão, nos debates, fazer referências ao silêncio do acusado em seu interrogatório para extrair dessa circunstância sua condição de culpado.
- b) Se os jurados absolverem o réu do crime doloso contra a vida, cessa sua competência para apreciar o crime conexo que não seja doloso contra a vida. Nesse caso, caberá ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri proferir a sentença.
- c) No procedimento do júri, depois de recebida a denúncia e concluída a instrução preliminar, o juiz se estiver convencido da materialidade do fato e da existência de indícios de autoria ou de participação, fundamentadamente, impronunciará o acusado.
- d) m caso de impronúncia, não poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade.
- e) a intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao acusado, ao defensor constituído e ao Ministério Público.

51. O acusado Wellington andando pelo centro de São Paulo avistou uma joalheria com a porta entreaberta, ocasião em que lá adentrou e subtraiu diversas gargantilhas de ouro branco, colocando-as em sua mochila. Ao tentar sair do estabelecimento comercial, saiu correndo e o dono da loja percebendo a ação do meliante, gritou para o segurança que o perseguiu e o prendeu sob a alegação de flagrância delitiva.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) a prisão em flagrante é ilegal, vez que o segurança não poderia efetuar-lá.
- b) trata-se da hipótese de flagrante presumido.
- c) trata-se da hipótese de flagrante impróprio.
- d) a prisão em flagrante é ilegal, pois é situação de flagrante esperado.
- e) o meliante estava em situação flagrancial, mas só poderia ser preso pela autoridade policial e seus agentes.

52. São requisitos para a decretação da prisão preventiva nos moldes do art. 312, exceto:

- a) para assegurar a aplicação da lei penal.
- b) conveniência para a instrução criminal.
- c) imprescindível para as investigações na fase de inquérito policial.
- d) houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- e) garantir a ordem econômica.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. É o servidor responsável por proceder às citações e/ou intimações em todos os endereços constantes do mandado, inclusive nas Comarcas contíguas, independentemente de ordem judicial expressa;

- a) Chefe de Serventia
- b) Oficial de Justiça
- c) Técnico Judiciário
- d) Juiz de Direito
- e) Auxiliar da Justiça

54. A distribuição das petições iniciais dirigidas aos Juizados Especiais Cíveis cabe

- a) Núcleos de Distribuição, Autuação e Citação dos Juizados Especiais Cíveis.
- b) Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis.
- c) Protocolo-Geral
- d) Triagem dos Juizados
- e) Cartório Distribuidor

55. horário disponibilizado pelas Centrais de Audiência de Custódia para recebimento dos Autos de Prisão em Flagrante (APF) das delegacias será das

- a) 11hs às 19hs;
- b) 12hs às 19hs;
- c) 11hs às 18hs;
- d) 12hs às 18hs;
- e) 09hs às 18hs;

56. O controle de materiais é atribuição da equipe

- a) equipe de processamento
- b) equipe de digitação
- c) equipe de preparação administrativa
- d) equipe de apoio logístico
- e) equipe de manutenção

57. Os cartórios e secretarias de direção de foro adotarão as pastas e os livros escriturando-os ou formando-os de conformidade com a Consolidação Normativa Judicial

Livros, pastas e fichas serão encaminhados ao Arquivo Geral deste Tribunal, observada a tabela de temporalidade documental, que é

- a) mensal
- b) trimestral
- c) semestral
- d) anual
- e) NDA

58. Os livros cartorários obrigatórios serão impressos ou formados por folhas, numeradas e encadernados, com termos de abertura e de encerramento assinados pelo Chefe de serventia.

O termo de abertura e de encerramento não conterà

- a) o número do livro.
- b) o fim a que se destina.
- c) a identificação do servidor Responsável pela serventia.
- d) o fecho, com data e assinatura.
- e) o número da caixa de arquivo.

59. Em caso de prioridade de idoso, benefício de gratuidade de Justiça e outros casos decorrentes da especificidade de cada Juízo, será.

- a) afixada etiqueta identificadora na capa dos autos
- b) utilizada capa de autuação vermelha
- c) utilizada capa de autuação preta
- d) afixada etiqueta identificadora na contracapa dos autos
- e) utilizada capa de autuação palha

60. Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão duzentas folhas em cada volume. As folhas serão reunidas por meio de grampo-encadernador metálico (grampo-trilho ou colchete) ou plástico.

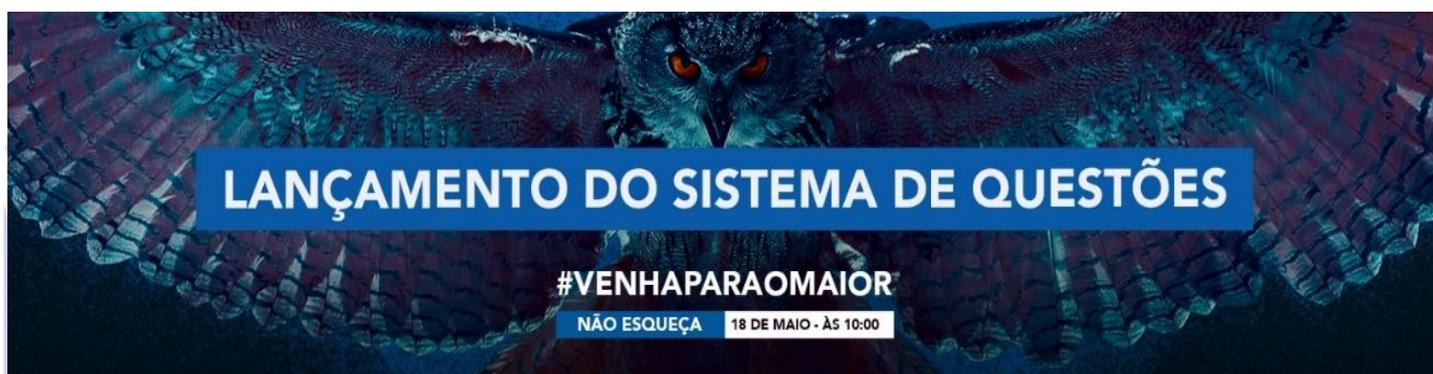
- a) Não ultrapassando o número de 30 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.
- b) Não ultrapassando o número de 50 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.
- c) Não ultrapassando o número de 60 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.
- d) Não ultrapassando o número de 100 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.

e) Não ultrapassando o número de 200 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-10-05>

Conheça nosso sistema de questões!
Clique no banner!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

ASSINATURA
ILIMITADA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE